

Relatório de Audiência

Dia: 23 de maio de 2013

ENTIDADES: Comissão de Trabalhadores e conjunto de Trabalhadores do IFAP.

ASSUNTO: *Apreciação pública do Projeto de Lei n.º 353/XII/2.^a (PCP), que Revoga a transição para as carreiras gerais dos trabalhadores do IFAP, I.P. e das direções regionais de agricultura e pescas (Revoga o Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro).*

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Batista Santos (PSD), Vice-Presidente da Comissão;
- Carlos Silva e Sousa (PSD);
- Artur Rego (CDS-PP);
- João Ramos (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão abriu os trabalhos, dando as boas-vindas às delegações da Comissão de Trabalhadores e do grupo de trabalhadores do IFAP, após o que apresentou os Senhores Deputados presentes. De seguida, deu conta da metodologia de condução dos trabalhos, após o que passou a palavra às entidades presentes.

Os representantes dos trabalhadores do IFAP aduziram diversos argumentos quanto ao processo de transição para as carreiras gerais dos trabalhadores do IFAP, I.P. e das direções regionais de agricultura e pescas, dando conta da ausência de auscultação dos trabalhadores do IFAP nesta matéria, subscrevendo o [Projeto de Lei n.º 353/XII/2.^a \(PCP\)](#), quanto ao seu objetivo de revogação do [Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro](#), considerando que deveria ser, igualmente, revogado o [Decreto-Lei n.º 30/2013, de 22 de fevereiro](#).

O Senhor Vice-Presidente informou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista suscitara a apreciação do suprarreferido Decreto-Lei n.º 19/2013, através da [Apreciação Parlamentar n.º 46/XII/2.ª \(PS\)](#), pelo que oportunamente seria agendado o respetivo debate em plenário.

Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Artur Rêgo (CDS-PP) e Carlos Silva e Sousa (PSD), que agradeceram e tomaram boa nota das informações prestadas e das preocupações transmitidas.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu as informações prestadas pelos representantes dos trabalhadores do IFAP, recordando o acompanhamento da Comissão à presente matéria e a possibilidade de alteração do Decreto-Lei n.º 19/2013, em sede de apreciação parlamentar.

Informou, ainda, que seria elaborado um relatório de audiência, a ser distribuído aos restantes membros da Comissão, que não haviam podido estar presentes, por sobreposição de trabalhos parlamentares.

Diversas informações sobre a audiência podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

Palácio de São Bento, em 23 de maio de 2013,

O Vice-Presidente,
Paulo Batista Santos